

PORTARIA Nº 252 /2018

Dispõe sobre a concessão de diárias e passagem aérea para magistrado.

O Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas disposições da Resolução do Órgão Especial nº 04/2013, de 26 de julho de 2013 (DJ de 26/07/2013), Resolução nº 09, de 22 de agosto de 2013 (DJ de 23/08/2013) e Portaria nº 842/2017 (DJ de 16/05/2017).

CONSIDERANDO a decisão do Presidente, Desembargador Francisco Gladysen Pontes, em Designar Henrique Lacerda de Vasconcelos, Juiz Auxiliar da Corregedoria, para viajar a Brasília-DF, no período de 15 a 17 de março de 2018, com o objetivo de participar do II Encontro do Fórum Nacional de Juizes Criminais – FONAJUC, no período de 15 a 17 de março de 2018, de conformidade com o Processo nº 8500536-62.2018.8.06.0026,

RESOLVE:

Conceder o pagamento de 02 e ½ (duas e meia) diárias, no valor unitário de R\$ 804,10 (oitocentos e quatro reais e dez centavos), e uma ajuda de custo no valor de R\$ 201,02 (duzentos e um reais e dois centavos), totalizando R\$ 2.211,27 (dois mil, duzentos e onze reais e vinte e sete centavos), bem como, passagem aérea no trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, para o magistrado indicado.

Autorizar a emissão da Nota de Empenho e o pagamento dos valores acima, referente as despesas vinculadas ao primeiro grau de jurisdição, obedecidas as formalidades legais.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 26 de fevereiro de 2018.

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

Superintendente da Área Judiciária

PORTARIA Nº 223/2018

Dispõe sobre a designação de servidores para gestão e fiscalização de contrato administrativo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no inciso II do art. 6º da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015;

CONSIDERANDO que a Administração tem o dever legal de gerir seus contratos à luz dos princípios estatuídos no art. 37 da Carta Magna;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir que os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sejam executados de maneira eficiente e eficaz, de acordo com os preceitos legais, e;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e fiscalizar as obrigações da Concessionária do espaço reservado ao funcionamento do restaurante e lanchonete localizado no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme TCU nº 06/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo identificados como fiscais do Termo de Concessão nº 06/2018, da empresa KOOK – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, durante sua vigência, competindo-lhes a prática de todos os atos legais ao fiel cumprimento do referido instrumento:

TERMO DE CESSÃO DE USO	06/2018	CONTRATADA	KOOK – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA
OBJETO	Concessão administrativa de uso do espaço reservado ao funcionamento do restaurante/lanchonete, medindo 245,33 m², localizado no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará		
SERVIDORAS		MATRÍCULA	FUNÇÃO
Cilene Santos Nunes		22575	FISCAL TÉCNICO/ OPERACIONAL
Maryane Xavier Carvalho		99501	FISCAL TÉCNICO/ OPERACIONAL
Patrícia Virgínia Davis Abreu Chaves		22568	FISCAL TÉCNICO/ OPERACIONAL

Art. 2º Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 21 de fevereiro de 2018.

Desembargador Francisco Gladysen Pontes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 120852-33.2008.8.06.0001, **RESOLVE** aposentar, a partir de 16 de maio de 2008, voluntariamente por tempo de contribuição, **PEDRO GONDIM DE ALENCAR** no cargo de Analista Judiciário Adjunto de Entrância Especial, referência AJ-39, Matrícula nº 93415.1/0, nos termos do artigo 3º, incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2005, **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais no valor total de R\$ 7.967,80 (sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), abaixo discriminados: